

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.383 - SP (2019/0099433-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : VIACAO CAICARA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
AGRAVANTE : VIACAO ITAPEMIRIM S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : ELIAS MUBARAK JUNIOR - SP120415
MARCUS DE SOUSA OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP252425
AGRAVADO : NILZIANE ANDRADE DOS SANTOS
ADVOGADO : NATHALIA BOTTINI FERNANDES - SP337158

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 882):

Agravo de instrumento - Ordinária de obrigação de fazer - Tutela provisória de urgência deferida - Notícia de descumprimento - Multa diária majorada - Possibilidade - Comprovada urgência na realização do procedimento cirúrgico que a autora precisa para fins de reabilitação - Adoção de providências para abertura de inquérito policial por crime de desobediência - Desnecessidade - Comprovação por parte das requeridas de que seu Gestor Judicial vem adotando as medidas cabíveis junto ao hospital para fins de cumprimento da determinação judicial - Recurso parcialmente provido.

As empresas agravantes opuseram embargos de declaração, que foram rejeitados, nos termos da seguinte ementa (fl. 928):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Ausência de omissão, contradição ou obscuridade - Embargos de declaração não servem para ajustar o entendimento do órgão julgador às teses sustentadas por quem embarga - Mesmo quando o recurso tem por fim o prequestionamento, devem ser observados os limites traçados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

Sustentam as agravantes, inicialmente, que estão em recuperação judicial e,

em decorrência disso, "foi determinada a suspensão de todos os processos de execução movidos contra a empresa, em respeito ao Princípio da Preservação da Empresa" (fl. 939).

Afirmam que a multa cominatória foi arbitrada de forma excessiva, devendo ser reduzida em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Verifico que o Tribunal de origem manteve a majoração da multa cominatória, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia, assim discorrendo (fls. 883/888):

(...)

Narra a autora na exordial da ação principal que sofreu acidente coletivo da parte requerida. Diante da gravidade dos ferimentos, foi necessário submeter-se a uma cirurgia para correção de fraturas de bacia e cotovelo esquerdo. Havia, ainda, indicação de novo procedimento cirúrgico posterior para fins de retirada do fixador colocado em sua bacia, iniciando-se, assim, os procedimentos de reabilitação. O relatório médico de fls. 876 comprova a necessidade da realização desse procedimento. Todavia, aponta a autora que o hospital negou-se a realizar a cirurgia tendo em conta que a empresa de viação requerida encontrava-se em débito.

O magistrado de piso deferiu a tutela provisória de urgência nos termos do que constou no r.despacho de fls. 562/564:

“Em tal senda, os documentos de fls. 64/66 e de fls. 70/72 indicam que a autora sofreu fratura do anel pélvico com fixação externa através de parafusos metálicos supraacetabulater bilaterais e sacoilíaco à esquerda, respectivamente com trajetos através das espinhas ilíacas anteroinferiores e através da asa do osso ilíaco esquerdo e corpo vertebral de S1. Necessita a autora ainda de cadeira de banho, de rodas, enfermeira para banho e curativo diário por pelo menos 01 semana, de retorno de ortopedista e com clínica médica.

Em relatório médico de fls.74, datado de 01 de outubro de 2017, afere-se que a paciente encontra-se no pós-operatório de fratura da bacia e fratura de cotovelo esquerdo, devendo ser submetida à retirada e manipulação articular do cotovelo, e dentro de três semanas.

Será necessária a retirada do fixador para que a paciente volte a andar. A paciente necessita urgentemente da realização desta cirurgia para continuar sua reabilitação.

O perigo de dano a eventual direito da parte autora decorre do fato de a não realização do seu tratamento poder ocasionar graves danos ao seu estado de saúde e, mormente, à sua recuperação, que se encontra em curso.

Ante o acima exposto, a fim, mormente, de evitar perecimento de eventual direito da parte autora, forte no disposto no artigo 300 do CPC, defiro a tutela antecipada para que seja determinado às corréis arcarem com o pagamento da cirurgia e dos honorários médicos para remoção do fixador do quadril e de hospedagem da autora junto ao Hospital Santa Isabel com a máxima urgência, arcando também as rés com todas as despesas médicas/hospitalares até a sua completa alta, além do pagamento das sessões de fisioterapia, necessárias para o retorno dos movimentos do braço e do quadril da autora, servindo esta de mandado/ofício a ser instruído pela autora nos termos do artigo 4º do CPC.”

Posteriormente, a autora informa nos autos (fls. 570) que, muito embora as cartas com aviso de recebimento tivessem sido entregues às requeridas, nada havia sido providenciado até então. A fls. 575, uma vez mais, chama atenção para a gravidade de sua situação, tendo em conta que, mesmo após quinze dias da efetiva ciência da liminar, as rés ainda não haviam providenciado os meios para possibilitar a realização da cirurgia.

Diante da inércia das requeridas, o magistrado de piso reputou necessária a instauração de inquérito policial para apuração de eventual infração cometida pelas rés, bem como majorou o valor da multa inicialmente arbitrado.

Apesar dos fatos e fundamentos de direito expostos no presente recurso, dúvida não há de que houve demora na liberação dos procedimentos cirúrgicos e terapêuticos que se faziam necessários para que a autora desse prosseguimento à sua reabilitação. A assertiva das rés de que estão estabelecidas em edifício que se encontrava fechado em razão das festas de fim de ano e, por isso, não foram responsáveis pelo atraso no recebimento das correspondências, não pode ser imputada à agravada.

Da mesma forma, a alegação de que estão em recuperação judicial, havendo a destituição dos atuais sócios do cargo de administração, com nomeação de gestor judicial, não pode ser acolhida. A troca de e-mails entre as partes denota que as agravantes já tinha ciência da determinação judicial e, por certo, a demora no cumprimento da ordem

ocorreu por questões administrativas que em nada dizem respeito à parte agravada.

Diante desse cenário, a majoração do montante da multa foi necessária em razão da recalcitrância das requeridas em cumprir a medida antecipatória de tutela no momento oportuno, não obstante a urgência da situação.

Registre-se que a fixação da multa cominatória tem a finalidade de garantir a efetividade da ordem judicial, com o cumprimento da obrigação, devendo levar em consideração a natureza e dimensão do direito postulado, as condições econômicas dos litigantes, bem como o possível prejuízo em caso de descumprimento.

O cenário dos autos apontava para a urgência na realização dos procedimentos médicos indicados para o tratamento da parte autora, situação que, inquestionavelmente, autorizava o deferimento da tutela provisória de urgência. Para evitar a cobrança de valor elevado, basta o adimplemento da obrigação determinada.

(...)

De qualquer forma, as ora agravantes informam que seu gestor judicial já deu procedimento ao cumprimento da ordem, firmando acordo diretamente com o hospital para pagamento das despesas hospitalares.

Nessa esteira, considerando-se os documentos colacionados aos autos principais, notadamente os recibos de pagamento que estão sendo efetivados regularmente em nome do Hospital Santa Isabel (fls. 756/763), bem como pagamento das sessões de fisioterapia, reputo desnecessária a determinação de expedição de ofício para abertura de inquérito policial, até diante da existência de medida civil para o caso de não atendimento da ordem.

A propósito já se decidiu:

(...)

Destarte, a r.decisão vergastada comporta parcial reforma, suspendendo-se a determinação de adoção de providências para fins de instauração de inquérito policial.

Por tais fundamentos, dão provimento parcial ao recurso.

(...)

Com efeito, anoto que a jurisprudência desta Corte admite, excepcionalmente, o afastamento da Súmula n. 7 do STJ, para fins de revisão do valor da

multa cominatória, apenas nos casos em que for ínfimo ou exagerado, nos termos do art. 537, § 1º, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 2015. A propósito, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA. ASTREINTE EXCESSIVA E DESPROPORCIONAL. COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DE REDIMENSIONAMENTO. ALTERAÇÃO POR ESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o artigo 461 do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao art. 537 do NCPC) permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada. Precedentes.

2. A alteração das astreintes, após o redimensionamento efetuado pela Corte a quo, com base nas peculiaridades do caso, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.501.420/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 06/11/2019) (grifo nosso)

No caso dos autos, o Tribunal de origem entendeu ter havido recalcitrância das empresas agravantes em cumprir a medida antecipatória de tutela no momento oportuno, não obstante a urgência da situação. Assim, verifica-se que não haveria incidência da multa diária caso o comando judicial fosse observado tempestivamente, providência da qual as recorrentes não se desincumbiram no prazo determinado pelo magistrado.

Observe, todavia, que o valor da multa diária fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) não atende aos critérios de proporcionalidade e razoabilidade, autorizando a

Superior Tribunal de Justiça

intervenção do STJ. Dessa forma, é necessário reduzir a multa cominatória para o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), limitada a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), tendo em vista a demora no cumprimento da ordem judicial, e, por outro lado, para evitar o enriquecimento sem causa da parte recorrida.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial, nos termos acima.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora